

Consultórios itinerantes odontológicos: relato de experiência dos primeiros seis meses de atuação

Travelling dental offices: a experience report for the first six months of operation

RESUMO

Diversos estudos apontam para a necessidade de incrementar novas estratégias na atenção básica em saúde bucal dos escolares, especialmente para os residentes em áreas de difícil acesso e em locais onde a Unidade Básica de Saúde (UBS) não ofereça atendimento odontológico. Nesse sentido, o Ministério da Educação (MEC) propôs que as Instituições de Ensino Superior (IES) administrassem Consultórios Itinerantes Odontológicos, a fim de aumentar o acesso dos escolares às atividades de prevenção e promoção de saúde bucal. A Universidade Federal de Pelotas (UFPel), por meio do projeto de extensão “Operacionalizando o consultório itinerante odontológico”, possibilita aos acadêmicos da Faculdade de Odontologia prestarem atendimento clínico à população sob orientação da professora coordenadora do projeto. A partir disso, este relato tem como objetivo contar a experiência vivenciada pelos acadêmicos no referido projeto, no período de janeiro a junho de 2014.

Palavras-chave: Consultórios itinerantes. Projeto de extensão. Saúde coletiva. Escolares. Odontologia.

ABSTRACT

Different studies show the importance of increase new strategies in primary oral health care of the children, especially in areas of difficult to access or where Primary Health Care Unit (Unidade Básica de Saúde - UBS) does not provide dental care. Therefore, the Ministry of Education (MEC) proposed that the Brazilian Higher Education Institutions (Intituições de Ensino Superior - IES) managed Travelling Dental Offices (Consultórios Itinerantes Odontológicos) in order to increase access of students to activities of oral health prevention and promotion. The students of the Faculty of Dentistry of Federal University of Pelotas, state of Rio Grande do Sul, Brazil, provide clinical care to the population under the guidance of professor and extension project coordinator "Operationalizing the travelling dental office". This report aims to tell the experience lived by these dentistry

Ana Laura Gurski Mattia

Graduanda em Odontologia na Universidade Federal de Pelotas, bolsista do Programa Vizinhança, membro do projeto de extensão “Operacionalizando o consultório itinerante odontológico” (analauramattia@gmail.com).

Elisabete Kasper

Doutora em Ciências Pneumológicas com ênfase em Educação em Saúde pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, professora do Departamento de Odontologia Preventiva e Social da Universidade Federal de Pelotas (bethycade@cpovo.net).

students in the period from January to June, 2014.

Keywords: Consultórios itinerantes. Projeto de extensão. Saúde coletiva. Escolares. Odontologia.

INTRODUÇÃO

A saúde bucal de escolares é sempre tema de importantes debates na Odontologia, especialmente, a saúde bucal daqueles localizados em áreas rurais e localidades distantes. Estudos apontam para a necessidade de ofertar atenção básica em Odontologia aos moradores dessas áreas, que, de modo geral, estão em situação de vulnerabilidade social e de difícil acesso às Unidades Básicas de Saúde (UBS), além de não possuírem frequentemente atendimento odontológico (KASPER et al., 2012).

A partir dessas constatações, em 2010, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) propôs ofertar às Instituições de Ensino Superior (IES) consultórios itinerantes oftalmológicos e odontológicos (BRASIL, 2013).

A Universidade Federal de Pelotas (UFPel), no Rio Grande do Sul, em outubro de 2012, foi contemplada com dois contêineres de consultórios itinerantes, um odontológico, que contém dois consultórios dentários, e um oftalmológico.

Em 2013, a proposta dos consultórios, que era apenas do MEC, recebeu a adesão do Ministério da Saúde (MS) (BRASIL, 2013). Definiu-se, então, que eles seriam administrados pelos Hospitais Escola (HE) e/ou Hospitais Universitários (HU) em parceria com as respectivas Instituições de Ensino Superior e pactuando com os Programas Saúde do Escolar (PSE) e Programa Brasil Alfabetizado (PBA).

Apresentando a problemática

Com a chegada dos consultórios itinerantes ao HE/UFPel, e pelo fato de que este não disponibiliza atenção em saúde bucal, os gestores do hospital solicitaram apoio à Faculdade de Odontologia para viabilizar

a operacionalização dos consultórios a partir do proposto pelo MEC e MS na Portaria Interministerial nº 15, de 10 de outubro de 2013.

Atendendo a esse pedido, a Faculdade de Odontologia indicou para orientar o processo uma docente da área de Saúde Bucal Coletiva, com formação em Gestão e Planejamento em Sistemas de Saúde. Essa professora convidou alunos para que, sob sua orientação, elaborassem um manual de operacionalização dos consultórios itinerantes odontológicos.

O grupo formado pela docente e pelos acadêmicos realizou um estudo prévio sobre a infraestrutura dos consultórios odontológicos, a fim de estabelecer os procedimentos que poderiam ser realizados, bem como a quantidade de pacientes a serem atendidos e, dessa forma, definir os recursos humanos e materiais que deveriam ser contratados e/ou adquiridos. Para viabilizar as ações, listou-se a relação de instrumentais e materiais odontológicos de acordo com o consumo da Faculdade de Odontologia. Já para os recursos humanos, consideraram-se as proporções indicadas pela Estratégia de Saúde da Família.

Os dados obtidos possibilitaram a criação do “Manual operacional dos consultórios odontológicos itinerantes” do HE/UFPel, com a proposição de fornecer subsídios a gestores, docentes, profissionais e acadêmicos da área sobre o funcionamento dos consultórios. Além disso, o material pretende orientar atividades de educação em saúde bucal, de forma a utilizar esses consultórios como recurso pedagógico para os alunos do curso de Odontologia e/ou outros cursos da área de saúde. O manual foi produzido em conformidade com o proposto pelo MEC e pelo MS.

Após a aprovação e a publicação do manual, concebeu-se, em janeiro de 2014, o projeto de extensão “Operacionalizando o consultório itinerante odontológico”, que possibilita aos acadêmicos da Faculdade de Odontologia da UFPel prestarem atendimento clínico à população sob orientação da professora coordenadora do projeto. O projeto busca atender a necessidade de novos espaços educativos aos acadêmicos e residentes e, dessa forma, manter permanentemente os recursos humanos, alunos desenvolvendo suas atividades, conforme sugerido pelas Diretrizes Curriculares Nacionais.

Assim, este texto se propõe relatar a experiência vivenciada pelos

acadêmicos extensionistas do curso de Odontologia da UFPel no projeto “Operacionalizando o consultório itinerante odontológico” no município de Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil.

O projeto de extensão

O projeto “Operacionalizando o consultório itinerante odontológico” possui os seguintes objetivos: a) prestar assistência qualificada à população e a escolares com faixa etária entre seis e quatorze anos, em consonância com as Políticas Nacionais de Saúde e de Educação, incrementando novo cenário de ensino-aprendizagem na formação dos profissionais de saúde capacitados a atender as demandas em saúde bucal; b) ampliar o cenário de ensino-aprendizagem, orientado em processos de ensino, pesquisa e extensão, promovendo o acesso da população, escolares, residentes em localidades distantes ou no interior à assistência odontológica, por meio de consultórios itinerantes.

METODOLOGIA

Este relato de experiência é resultado de um estudo descritivo, com abordagem qualitativa, realizado no período de janeiro a junho de 2014.

A inscrição para o projeto foi divulgada via e-mail aos acadêmicos do curso de Odontologia que estivessem cursando o sexto, sétimo, oitavo ou nono semestre. Inscreveram-se 37 alunos e, desses, foram selecionados 14 alunos, que receberam bolsa da Pró-reitoria de Extensão e Cultura (PREC) da UFPel.

O projeto contou também com sete alunos voluntários, totalizando 21 participantes. A proposta de atuação de alunos voluntários teve por finalidade introduzi-los no contato com a realidade e incentivá-los a realizar atividades extramuros, apresentando-os às práticas de educação e prevenção em saúde, princípio básico da Odontologia. Ainda, a coordenação, com o intuito de aproximar-se dos acadêmicos, decidiu designar uma das alunas para atuar diretamente com a coordenação do projeto de extensão, organizando e planejando o cronograma das atividades clínicas/educativas e distribuindo as atividades dos alunos voluntários, uma vez que estes participaram somente das ações

educativas específicas realizadas nas escolas.

CONSIDERAÇÕES

Selecionadas as escolas (Escola Municipal de Ensino Fundamental Ferreira Vianna e a Escola Estadual Navegantes, em Pelotas-RS) pelo HE/UFPEL e realizado o contato pela coordenação do projeto de extensão, ocorreu a triagem dos escolares que estavam na faixa etária entre 6 a 14 anos. Esse procedimento foi executado com o propósito de identificar e classificar os estudantes quanto ao grau de risco de doença cárie e, a partir dos achados, planejar ações para redução dos problemas.

A triagem foi realizada no espaço escolar e avaliou presença de placa, gengivite, mancha branca (sinal inicial da lesão de cárie), história de lesão de cárie, presença de cavidades e urgência.

Previamente à triagem, foram realizadas calibrações com os acadêmicos orientados pela coordenadora do projeto, com o objetivo de padronizar o entendimento clínico.

Após a triagem, os escolares foram divididos e classificados em grupos, de acordo com as suas necessidades para tratamento. Posteriormente, eles foram agendados para atendimento nos consultórios, priorizando a classificação de alto, médio e/ou baixo risco.

O referido projeto seguiu e ainda segue as diretrizes e princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) e os pressupostos do MS, que concebem a atenção básica como um conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrange a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, redução de danos e a manutenção da saúde com o objetivo de desenvolver uma atenção integral (BRASIL, 2011).

As ações de média complexidade são aquelas que atuam na redução de agravos de saúde da população, com procedimentos e atendimentos especializados, serviços como consultas hospitalares e ambulatoriais, exames e procedimentos cirúrgicos, situados entre a atenção básica e de alta complexidade (BRASIL, 2011).

As atividades de prevenção e assistenciais desenvolvidas pelos acadêmicos do projeto contemplam esses níveis de ações, orientação de escovação ou consultas clínicas, em que podem ser realizados exames, restaurações, endodontia de dentes decíduos e permanentes, exodontias de dentes decíduos e permanentes uni-radiculares e diagnósticos de patologia em tecido duro ou mole.

Os acadêmicos cumpriram agenda no turno vespertino sob a supervisão da coordenadora do projeto. O HE/UFPEL disponibilizou uma auxiliar administrativa, que se responsabilizou pelo agendamento, organização das consultas e preenchimento das fichas de procedimento do SUS; e uma auxiliar de saúde bucal, que auxiliou nos procedimentos clínicos realizados pelos acadêmicos. O hospital também dispôs de um técnico para verificar e manter os equipamentos odontológicos em funcionamento.

Relacionadas abaixo, as expectativas dos acadêmicos participantes do projeto de extensão:

- a. Promover da saúde bucal dos escolares com a perspectiva de melhores condições de qualidade de vida e de aprendizagem, bem como promover a saúde e a cultura da paz, favorecendo a prevenção de agravos à saúde, e também fortalecer a relação entre as redes públicas de saúde e de educação e o enfrentamento das vulnerabilidades no campo da saúde, que possam comprometer o pleno desenvolvimento escolar;
- b. Ampliar o campo de ensino e qualificação da formação para os graduandos e extensionistas;
- c. Tratar a saúde e a educação integral como parte de uma formação ampla para a cidadania e o usufruto pleno dos direitos humanos, incrementando a progressiva ampliação intersetorial das ações executadas pelos sistemas de saúde e de educação com vistas à atenção integral à saúde de crianças e adolescentes;
- d. Articular as ações do SUS às ações das redes de educação pública, de forma a ampliar o alcance e o impacto das ações relativas aos educandos e suas famílias, otimizando a utilização dos espaços, equipamentos e recursos disponíveis;

- e. Promover a comunicação, o encaminhamento e a resolutividade entre as escolas e unidades básicas de saúde, assegurando as ações de atenção e cuidado sobre as condições de saúde dos escolares;
- f. Atuar efetivamente na reorientação dos serviços de saúde para além de suas responsabilidades técnicas no atendimento clínico, a fim de oferecer uma atenção básica e integral aos educandos e à comunidade.

DISCUSSÃO

Como visto, o MEC, em 2010, criou o projeto dos consultórios itinerantes odontológico e oftalmológico, ofertando-os para as IES. Contudo, da criação até o recebimento pelo HE da UFPel, passaram-se dois anos. Com a chegada desses, constatou-se que no contêiner dos consultórios odontológicos não havia material de consumo e instrumentais, portanto, não poderíamos começar as atividades.

Foram necessários mais dois anos para que as atividades fossem iniciadas. Durante esse tempo, na UFPel foram desenvolvidas atividades, como a elaboração do “Manual Operacional”, licitação para materiais de consumo e instrumentais odontológicos, contratação dos recursos humanos e criação do projeto de extensão.

Nesse ínterim, foram realizadas as triagens nas escolas, totalizando 700 (450 + 250) nas duas já citadas, e os alunos começaram a ser atendidos em 2014. Para viabilizar os atendimentos, o HE/UFPel contribuiu com o material de consumo, e os alunos do projeto utilizaram seus próprios instrumentais, visto que os consultórios não os possuíam.

Os acadêmicos extensionistas foram divididos em duplas, operadores e auxiliares, exercendo suas atividades na modalidade de escala de revezamento. Cada dupla manteve os mesmos pacientes desde a primeira consulta até a alta, para que fosse possível avaliação, tratamento e acompanhamento completo do escolar, o que eleva o senso de diagnóstico e grau de aprendizagem do acadêmico.

Pelo fato de os contêineres dos consultórios necessitarem de

muitos recursos para instalação e funcionamento, não foi possível seu deslocamento pelos bairros da cidade de Pelotas. Esse foi um ponto negativo, pois o atendimento ficou restrito aos pacientes que conseguiam se deslocar até o local, pátio do Campus Anglo da UFPel/RS.

Por se tratar de crianças e esse grupo etário necessitar de avaliações periódicas, seja para que não haja recidiva de doença ou para avaliação de sua higiene, a alta dos atendimentos, na realidade, não ocorre, pois esses seguem sendo chamados para consultas controles.

O protocolo seguido nas primeiras consultas foi, primeiramente, realizar o acolhimento, processo de extrema importância para o bom andamento das consultas, e, depois, a anamnese e os exames extra e intraoral, sendo que todos os dados foram anotados no prontuário do escolar. Ao final da primeira consulta, realizaram-se as instruções de higiene oral e a escovação supervisionada, seguidas dos planos de tratamento. Nas consultas seguintes, o atendimento seguiu o protocolo de atendimento clínico propriamente dito, contemplando as ações de atenção básica e de média complexidade.

Nesses primeiros seis meses de atendimento, tivemos diferentes obstáculos ao comparecimento das crianças às consultas agendadas. Um, de modo especial, foi a realização da Copa do Mundo FIFA no Brasil, que gerou alguns dias de cancelamento das atividades na UFPel e, conseqüentemente, dos projetos de extensão.

Mesmo diante de todas as dificuldades enfrentadas, os objetivos do projeto estão sendo alcançados. Conseguiu-se prestar assistência qualificada à população, preferencialmente aos escolares. Contudo, os dados ainda não foram digitalizados pelos estudantes e, por esse motivo, não foi possível a computação do número de pacientes atendidos e, conseqüentemente, dos procedimentos realizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os primeiros seis meses de atividade possibilitaram relatar a experiência vivenciada pelos acadêmicos do curso de Odontologia em um projeto de extensão na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul, no período de janeiro a junho de 2014.

A referida vivência proporcionou o aprendizado desses acadêmicos para o enfrentamento das dificuldades durante o trabalho com grupos de diferentes culturas, valores, diferenças pessoais, variadas individualidades e interesses. Além disso, destaca-se o quanto essa experiência/vivência agiu como motivador para e em cada extensionista.

Conclui-se, assim, que o projeto de extensão “Operacionalizando o consultório itinerante odontológico”, em andamento na UFPel/RS, em seus seis primeiros meses de funcionamento, ainda precisa de muitos ajustes e melhorias. Contudo, está conseguindo realizar suas ações com distinção, pois os acadêmicos participantes têm conseguido aliar a oportunidade de vivenciar um novo campo de atuação com a possibilidade de entender as necessidades das crianças atendidas, e, ainda, com a execução de tratamentos odontológicos resolutivos sob orientação profissional e atendendo todas as normas de biossegurança necessárias.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Portaria Interministerial nº 15, de 10 de outubro de 2013. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 de outubro de 2013.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. **Curso de formação de facilitadores de educação permanente em saúde: unidade de aprendizagem: trabalho e relações na produção do cuidado**. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde/FIOCRUZ, 2005.

_____. Ministério da Saúde. **A educação permanente entra na roda: polos de educação permanente em saúde – conceitos e caminhos a percorrer**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2005.

_____. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Disponível em: < http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2488_21_10_2011.html >. Acesso

em: 20 jun. 2014.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde as Família. Portaria nº 15, de 8 de janeiro de 2014. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, de 09 de janeiro de 2014.

CECCIM, R. B. Educação permanente em saúde: um desafio ambicioso e necessário. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, v. 9, n. 16, p. 166-177, set. 2004/fev. 2005.

KASPER, E. Gestão pública em odontologia: dificuldades e perspectivas. **Revista da Faculdade de Odontologia da UFRGS**, Pelotas, v. 43, n. 2, p. 35-39, dez. 2002.

KASPER, E. et al. **Operacionalizando consultórios odontológicos itinerantes** – UFPel. Pelotas, RS: Editora e Gráfica Universitária, 2012.

ORENHA, E. S.; ELEUTÉRIO, D.; SALIBA, N. A. Organização do atendimento odontológico no serviço público: trabalho auxiliado, produtividade e ambiente físico. **Revista de Odontologia da UNESP**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 215-224, jan./jun. 1998.

PINHO, M. C. G. Trabalho em equipe de saúde: limites e possibilidades de atuação eficaz. **Ciências e Cognição**, Rio de Janeiro, v. 8, p. 68-87, ago. 2006.

Submetido em 31 de agosto de 2014.

Aprovado em 12 de fevereiro de 2015.